



# MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

## Secretaria de Saúde – Assessoria Jurídica

### Parecer Jurídico

Processo nº: 13637/2025

**Assunto:** Recurso interposto no Pregão Eletrônico nº 14/2025 – Serviços de Assistência Domiciliar à Saúde (Home Care). Considerações.

### I – RELATÓRIO

Cuida-se de análise jurídica acerca de recurso administrativo interposto pela empresa Assistencial e Serviços em Saúde Ltda., no âmbito do Pregão Eletrônico nº 14/2025, que tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assistência domiciliar à saúde (home care), conforme condições estabelecidas no edital.

A recorrente alega, em síntese, que a proposta da empresa vencedora, AID Assistência em Home Care Ltda., seria manifestamente inexequível, por apresentar valor significativamente inferior ao estimado (44,76%) e por supostamente não observar o piso salarial nacional dos técnicos de enfermagem, previsto na Lei Federal nº 14.434/2022.

Em contrarrazões, a empresa recorrida sustenta que os serviços licitados são prestados sob demanda, de forma eventual e variável, sem vínculo celetista, o que afastaria a obrigatoriedade de observância ao piso da categoria. Alega, ainda, ter comprovado a exequibilidade da proposta em diligência administrativa realizada previamente à adjudicação.

A análise técnica da Secretaria Municipal de Saúde, encaminhada para esta Assessoria Jurídica, concluiu pela regularidade da proposta da empresa vencedora, entendendo que o modelo de contratação previsto no edital é compatível com a execução sob demanda, e que não há imposição de vínculo celetista. Ainda, destaca-se que a empresa AID comprovou a viabilidade econômico-financeira de sua proposta, em consonância com o art. 59, §2º da Lei nº 14.133/2021.

### II – FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Analisando-se os autos, sob o prisma jurídico, verifica-se que:

1. A proposta vencedora está em conformidade com o edital, o qual prevê expressamente a possibilidade de execução dos serviços por meio de profissionais contratados sob outras





# MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

## Secretaria de Saúde – Assessoria Jurídica

formas de vínculo que não exclusivamente a CLT, como contratos de prestação de serviços ou vínculo societário (item 6.17.1 do Termo de Referência).

2. O objeto licitado, por sua natureza, não exige dedicação exclusiva de mão de obra, tratando-se de serviços prestados por plantão, visita ou sessão, sob demanda e conforme a necessidade da Administração, nos termos do item 15.2 do edital.
3. A Lei nº 14.434/2022, que instituiu o piso nacional da enfermagem, aplica-se a profissionais contratados sob regime celetista ou estatutário. Quando os serviços são prestados sob demanda, por autônomos ou empresas especializadas, com remuneração por produtividade, visita ou plantão eventual, não há obrigatoriedade legal de observância do piso salarial, desde que não haja vínculo empregatício caracterizado.
4. A empresa recorrida comprovou a exequibilidade de sua proposta durante diligência prévia, conforme previsto no art. 59, §2º da Lei nº 14.133/2021, tendo a Administração julgado suficientes as justificativas apresentadas quanto à composição de custos.
5. Ressalte-se ainda que a recorrente apresentou falhas na sua habilitação documental, o que, nos termos do art. 165, §1º da Lei nº 14.133/2021, fragiliza seu interesse recursal, pois não teria sua proposta adjudicada mesmo que o recurso fosse provido.

### III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se juridicamente pelo desprovimento do recurso administrativo interposto pela empresa Assistencial e Serviços em Saúde Ltda., e pela manutenção da decisão que adjudicou o objeto à empresa AID Assistência em Home Care Ltda., considerando: A conformidade da proposta com as regras editalícias; A adequação da forma de execução contratual aos serviços sob demanda; A não obrigatoriedade de observância do piso salarial nacional da enfermagem em regimes não celetistas; E a comprovação da viabilidade econômico-financeira da proposta em sede de diligência.

São José do Vale do Rio Preto - RJ, 22 de outubro de 2025.

**Marcela Victoria Caso Torres da Silva**

Assessora Jurídica da Saúde

OAB/RJ 205.819





**MUNICIPIO SÃO JOSE DO VALE DO RIO PRETO**

RUA PROFESSORA MARIA EMÍLIA ESTEVES, Nº 691 - CENTRO

SJVRP/RJ - CEP: 25780-000

FONE (24) 2224-7404



CÓDIGO DE ACESSO

A6872F7537244C14A072177EE4C19A8E

**VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS**

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://sjvriopreto.flowdocs.com.br/public/assinaturas/A6872F7537244C14A072177EE4C19A8E>